

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA, N 284º DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, REALIZADA NO DIA CINCO DE AGOSTO DE 2015.

Aos cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, às 9h e 30min reuniu-se, ordinariamente, o Conselho Municipal de Assistência Social, na sede da SETRAC – Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania, na Av. Ipiranga, 544 – Centro, tendo como pontos de pauta: Leitura das atas; Proposta orçamentária municipal – 2016; Regulamentação dos benefícios eventuais; Auxílio-aluguel, auxílio-emergência e aluguel social; Trabalho das comissões; Avaliação da 1ª etapa da X Conferência Municipal de Assistência Social; Documentos expedidos e recebidos; Informes e assuntos gerais. Compareceram 10 (dez) conselheiros: Representantes da Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania; Secretaria de Saúde; Gabinete do Prefeito; Secretaria de Fazenda; Secretaria de Educação, pelo poder público; representantes da Associação da Casa da Cidadania; Associação Oficina de Jesus; COMAC; SADIAS; e Conselho Regional de Psicologia, pela sociedade civil. Com a presença de 37 (trinta e sete) pessoas iniciou-se a reunião passando para o primeiro ponto de pauta, foram lidas as atas de número: 276ª Reunião Extraordinária do dia 28 de maio de 2015; 277ª Reunião Ordinária do dia 03 de Junho de 2015; 278ª Reunião Extraordinária em 08 de junho de 2015; 279ª Extraordinária do dia 17 de junho de 2015; 280ª Reunião Extraordinária do dia 26 de junho de 2015; 281ª Reunião Ordinária de 01 de julho de 2015 e 282ª Reunião Extraordinária do dia 03 de julho de 2015. Todas aprovadas por unanimidade. A vice-presidente Jaqueline Cleffs na presidência da mesa pela ausência justificada da atual presidente Sra. Maria Auxiliadora, passa para o segundo ponto de pauta Proposta Orçamentária Municipal, convidando a Sra. Ronilda Rodrigues, Diretora do departamento financeiro da SETRAC, para que relate sobre a proposta para o ano de 2016. A Sra. Ronilda esclarece que essa proposta de orçamento vai ainda à consideração do Gabinete e após para aprovação na Câmara antes de ser publicada. Na previsão do orçamento em curso, até ontem não tinha sido repassada a verba do Governo Federal e do Governo Estadual. O Sr. Alex, representante da Aldeia da Criança, solicita esclarecimentos sobre o valor orçado para os CRAS, se esse valor

contemplará cada aparelho disponível, questiona que mesmo que a demanda para o ano de 2016 aumente, esse valor contemplará as atividades dos equipamentos, orçados em R\$480.000,00 ano? A Sra. Ronilda esclarece não irá comprometer os equipamentos, pois esses valores da fonte 00 atendem nossa demanda e se forem abertos mais equipamentos todos serão contemplados, esclarece ainda que essa é uma proposta e que os funcionários não são pagos por esse repasse e sim pela Administração Pública, e esclarece também que a pessoa física a que se refere seriam os oficinairos ou prestadores de serviços. A Sra. Olivia, funcionária da Setrac, faz um relato sobre os CRAS, que enviam um relatório mensal quantitativo com todas as avaliações, quantas pessoas foram atendidas e no final do ano eles entregam uma previsão, sendo assim eles tem uma ideia de qual valor o equipamento vai necessitar. Após várias indagações sobre o orçamento, a mesa de coordenação dos trabalhos, faz a proposta para que seja encaminhada a Secretaria solicitando esclarecimento dos valores propostos juntamente com o plano de ação dos serviços, programas e projetos que serão desenvolvidos no valor orçado. A Sra. Olivia esclarece sobre o repasse do aluguel social do Estado e do repasse do auxílio aluguel do município e o auxílio emergência pagos aos beneficiários. Passando para o próximo ponto de pauta: Regulamentação dos Benefícios Eventuais: a Sra. Ronilda esclarece que esse benefício eventual é para as famílias que estão em situação de risco, ou de calamidade, mais de imediato, necessitando de maior esclarecimento sobre o assunto uma vez que o mesmo fora discutido em reunião de comissão mista do CMAS, o conselheiro Carlos Jorge encaminha a proposta de que seja realizada uma reunião mista das comissões com o gestor para tratar do assunto, que após deverá ser levada à consideração da plenária.

Em questão de ordem, o conselheiro Ismael Damas encaminha a proposta sugerindo deixar o assunto da avaliação da X Conferência Municipal para o dia da apresentação do relatório final. Passando para o próximo assunto de pauta: Trabalho das Comissões, o conselheiro Carlos Jorge passa a palavra para o Coordenador da Comissão de Direito e Fiscalização, Sr. Adriano, que esclarece que a Comissão não pode realizar todas as visitas por falta de quórum, esclarece que foram feitas duas visitas, uma na Aldeia da Criança e faz a leitura do parecer alegando que, no caso da Aldeia da Criança é preciso algumas modificações para readequação, sendo identificados a ausência de banheiros

separados por gênero , falta de extintores de incêndio, falta de sala para atendimentos técnicos de assistentes sociais e psicólogos aos usuários afim de assegurar sigilo ético e como parecer final concluíram que para o pleno atendimento dos usuários a instituição deve adequar os itens principalmente da estrutura física, a Comissão de Direito e Fiscalização reconhece como favorável este parecer, sendo aprovado pela plenária o deferimento da inscrição. A outra visita foi na ONG Sal para Terra, onde foi identificado que o local dos alimentos ainda não está definido, por conta de uma reforma, e que precisam ser feitas algumas adequações, entretanto foi concluído que o parecer é favorável. O conselheiro Carlos Jorge se reporta à plenária, que em vista dos pareceres de visitas da Comissão de Direito e Fiscalização as duas instituições: Aldeia da Criança e Sal para a Terra, a plenária vota em conformidade ratificando o parecer favorável da comissão à inscrição das duas instituições a favor dos registros dessas duas entidades. Por unanimidade de votação favorável considerem-se as duas instituições inscritas no CMAS. O conselheiro Adriano, representante da Comac, coloca mais uma vez a importância da participação dos membros das comissões, tanto do setor público quanto da sociedade civil, para que não deixem de comparecer as reuniões, pois se não tiver quórum não poderá haver visitas e sendo assim às instituições ficam aguardando o nosso parecer e coloca também que o governo não está tendo responsabilidade nessas participações dessas comissões. Passando para o próximo ponto de pauta, documentos expedidos e recebidos, o conselheiro Carlos Jorge relata o encaminhamento do ofício para a coordenação geral de execução orçamentária e financeira, Departamento de Operações DEOP, Secretaria Nacional de Renda e Cidadania SENAC, Ministério Social de Combate à Fome, encaminhando a ata solicitando abertura para retificação do Demonstrativo de prestação de contas, conforme aprovado no Conselho, encaminhamento de ofício para publicação de convocação da reunião extraordinária, expedição de ofícios para encaminhamento das resoluções aprovadas no CMAS. Ofícios recebidos: da SETRAC referente à Minuta do Decreto de benefícios eventuais que começou a ser discutida pelas comissões , ofício da SETRAC relatando que as instituições ONG Mateus 35 e Centro de Yogaterapia Ananda Reis, comunicando acerca do plano de ação do exercício de 2015 e relatórios de atividades e que as referidas instituições não foram localizadas, o conselheiro Carlos Jorge encaminha o referido ofício para a comissão de Direito e Fiscalização. O

conselheiro relata também que foi recebido ofício da Associação das Damas Hospitaleiras, justificando o não encaminhamento dos documentos referentes ao plano de ação e relatório de atividades para o CMAS conforme solicitado, citando como justificativa “a Associação das Damas Hospitaleiras é entidade que atua na área de educação e não renovou inscrição ao Conselho Municipal de Assistência Social em vista do novo Marco Regulatório da certificação de entidade que atua na Política Pública de educação, saúde e assistência social, estas estão sendo utilizadas de acordo com o disposto da Lei 12.101 de 27 de novembro de 2009, que determina que as entidades de educação façam sua certificação diretamente no MEC como esclarece o art. 21 desta Lei, com isso pede o cancelamento desta instituição no CMAS”. O conselheiro Carlos Jorge faz o encaminhamento do ofício para a Comissão de Direito e Fiscalização. Ofício recebido da Fundação Educandário Princesa Isabel convidando para formatura do curso profissionalizante que será realizada na Igreja Santo Antônio, no dia 14 de agosto, às 18:00h. Passando para o último ponto de pauta, assuntos gerais: Preenchimento do CNEAS, a Sra. Adriana Kreisher esclarece que foi encaminhado e-mail para as instituições para que fosse preenchido esse formulário, foram feitas visitas em algumas instituições e relata ainda que houve problemas quanto a transmissão para o MDS dos formulários em questão, sendo feitas várias tentativas de contato com o MDS para que fosse solucionado o problema e encaminhados vários e-mails com prints da tela alegando não terem conseguido entrar no sistema, foi feito um contato por telefone para que fosse esclarecido como que ficaria essa situação uma vez que o prazo estava terminando, a resposta foi que era para continuar tentando uma vez que eles não sabiam se haveria prorrogação, foi feito encaminhamento que o CMAS e a SETRAC responsável pelo envio dos formulários que acompanhasse esse processo para que não haja prejuízo para o órgão gestor e nem para as entidades sobre o não envio dos formulários e que houvesse informação desse procedimento na próxima reunião desse Conselho. O conselheiro Ismael sugere que se faça acompanhamento da alteração da lei de criação do CMAS, e lembra da questão das reuniões serem realizadas na Casa dos Conselhos, cita ainda para que seja formada uma comissão mista para elaboração de relatório da gestão das comissões do que foi realizado e das pendências existentes. A secretária executiva Jaqueline Marques informa que a entidade Fraternidade Eclética do Centro disponibilizou para os usuários

atendimento de cardiologista, pediatra, clínico geral e medicamentos, quem tiver interesse procurar por Rafael ao final da reunião, para maiores informações. Sem mais assuntos em pauta, a reunião foi encerrada às doze horas e 15 minutos. Eu, Marilene Rodrigues Cunha, 1ª secretária, lavrei a presente ata e assino juntamente com a vice-presidente do CMAS, Sra. Jaqueline Cleffs.